Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.MJMS-1513/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/11938/2014
PROTOCOLO	:	1525851
ÓRGÃO	:	FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS
RESPONSÁVEL	:	ANTÔNIO LASTÓRIA
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	GESTOR
ASSUNTO DO PROCESSO	:	NOTA DE EMPENHO Nº 2450/2014
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
OBJETO	:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
VALOR	:	R$ 48.751,20 (QUARENTA E OITO MIL SETECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS)

CONTRATO – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – REGULARIDADE E LEGALIDADE – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL (NOTA DE EMPENHO) – REGULARIDADE E LEGALIDADE – EXECUÇÃO FINANCEIRA – REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Tratam os autos da Nota de Empenho nº 2450/2014, pela modalidade Dispensa de Licitação, celebrada entre o ***Fundo Especial de Saúde de MS*** e ***MEDCOMERCE Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.***, visando a aquisição de medicamentos para cumprimento de decisão judicial, no valor de R$ 48.751,20 (quarenta e oito mil setecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

Examina-se, no momento, a legalidade, regularidade, economicidade e legitimidade da licitação, da formalização do instrumento contratual e da execução financeira do contrato, abrangendo as **1ª, 2ª e 3ª fases**.

Encaminhando os Autos à Equipe Técnica da 6ª ICE, em sede Análise ANA-6ICE-15847/2014 (Peça 6), opinando, em resumida síntese, pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização da Nota de Empenho nº 2450/2014 e da execução da mesma.

Remetido os Autos ao MPC, este emitiu o Parecer PAR-MPC - GAB.7 DR.JAC-669/2015 (Peça 8) verificou que assiste razão à Equipe Técnica, se manifestando pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização contratual (Nota de Empenho nº 2450/2014) e de sua execução financeira.

É o Relatório.

Passo a DECIDIR.

Trata o presente processo de análise da Nota de Empenho nº 2450/2014, pela modalidade Dispensa de Licitação, celebrada entre o ***Fundo Especial de Saúde de MS*** e ***MEDCOMERCE Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.***

Observa-se da leitura dos autos que o corpo técnico e o MPC convergem seus entendimentos, opinando pela regularidade e legalidade das fases aqui analisadas.

Constato que as fases aqui em exame estão de acordo com a Lei Federal

8666/93 e alterações.

No que diz respeito à execução financeira do contrato, há de salientar que, conforme análise proferida pela Equipe Técnica, a mesma se encontra legal e regular, uma vez que o valor empenhando foi devidamente liquidado e pago, atendendo aos seguintes estágios:

Valor do Contrato	R$	48.751,20
Total de Notas de Empenho Emitidas	R$	48.751,20
Total de Comprovantes de Despesas Emitidos	R$	48.751,20
Total de Ordem Bancárias Emitidas	R$	48.751,20

Ante o exposto, e acompanhando os entendimentos dos órgãos de apoio e, de conformidade com o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar nº 160/2012, **DECIDO**:

1- Pela ***legalidade*** e ***regularidade*** do procedimento licitatório na modalidade de dispensa de licitação, nos termos do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 120, inciso I, alínea ***b***, da Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013;

2- Pela ***legalidade*** e ***regularidade*** da formalização da Nota de Empenho nº 2450/2014, celebrada entre o ***Fundo Especial de Saúde de MS*** e ***MEDCOMERCE Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.***, com fulcro no inciso I do art. 59, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c art. 120, inciso II, da Resolução Normativa nº 76/2013;

3- Pela ***legalidade*** e ***regularidade*** da Execução Financeira da Nota de Empenho nº 2450/2014, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, III, da Resolução Normativa nº 76/2013;

4- Pela comunicação do resultado do julgamento aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

5- Determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

É como DECIDO.

Campo Grande, 10 de março de 2015.

Conselheira Marisa Serrano
R E L A T O R A

arb